



Conhecendo a invisibilidade: Um mapeamento da deficiência para o fomento da política de inclusão e acessibilidade da UFPB

Knowing an invisibility: Mapping the disability to promote the inclusion and accessibility politics of UFPB

BRUNA RAMALHO SARMENTO

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, UFPB, brunarsarmiento@hotmail.com

ANGELINA DIAS LEÃO COSTA

Doutora em Engenharia Civil, UFPB, angelinadlcosta@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo fomenta a discussão acerca da acessibilidade nos centros de ensino superior, uma vez que o aprimoramento e implantação das políticas de inclusão e acessibilidade contribuem diretamente com o percentual de pessoas com deficiência (PcD) matriculadas. Nessa linha, objetiva-se apresentar um breve panorama da presença, tanto em termos quantitativos quanto espaciais, dos estudantes com deficiência no campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), bem como de algumas das ações desenvolvidas em prol da inclusão e acessibilidade na Instituição. A metodologia adotada contou com sistematização e análise de dados levantados junto ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) e Laboratório de Acessibilidade (LACESSE), ambos da UFPB; os quais foram tabulados e processados em mapas, gráficos e tabelas, gerando cenários que auxiliarão na elaboração de diretrizes para a política de acessibilidade da UFPB. Os resultados apontam uma crescente no número de PcD ingressando na Instituição, e demonstram a existência de projetos de melhorias físico-espaciais, pedagógicas e comunicacionais, contudo, a muito a se alcançar para a consolidação da inclusão e acessibilidade dos seus usuários.

PALAVRAS-CHAVE: política de acessibilidade, acessibilidade, pessoas com deficiência, universidade.

ABSTRACT

This article promotes the discussion about accessibility in higher education centers, since the improvement and implementation of inclusion and accessibility policies directly contribute to the percentage of people with disabilities (PwD) enrolled. In this line, the objective is to present a brief overview of the presence, both in quantitative and spatial terms, of students with disabilities on campus I of the Federal University of Paraíba (UFPB), as well as some of the actions developed in favor of inclusion and accessibility in Institution. The methodology adopted included systematization



and analysis of data collected from the Inclusion and Accessibility Committee (CIA) and the Accessibility Laboratory (LACESSE), both from UFPB; which were tabulated and processed in maps, graphs and tables, generating scenarios that will assist in the elaboration of guidelines for the UFPB accessibility policy. The results point to an increase in the number of PwD entering the Institution, and demonstrate the existence of physical-spatial, pedagogical and communicational improvement projects, however, there is still a lot to be achieved to consolidate the inclusion and accessibility of its users.

KEYWORDS: *accessibility politics, accessibility, people with disabilities, university.*

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade pode e já vem sendo entendida como um atributo essencial ao ambiente construído, pois proporciona a melhoria da qualidade de vida das pessoas, uma vez que facilita não só o acesso, mas o entendimento e a percepção do ambiente como um todo, tanto no âmbito da edificação quanto do urbano. Deve estar presente também no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas de tecnologias, bem como em outros serviços e instalações de uso público e/ou privado.

Assim como nas urbanizações, o ambiente universitário, também chamado de cidade universitária, deve oferecer ao seu público um ambiente acessível, que contemple a diversidade humana, visto que, a cada ano essas instituições vêm recebendo uma variedade maior de usuários, com idade, cultura, status social e mesmo habilidades físicas, sensoriais e cognitivas distintas. Segundo Bins Ely e Ghizi (2006), esta heterogeneidade deve ser respeitada, pois, desde que reconhecida e aceita, enriquece e humaniza a comunidade acadêmica. Sarmento (2017), por sua vez, ainda destaca que ao se conceber projetos que considerem a diversidade humana também são estabelecidas metas de inclusão, onde é possível a participação equitativa de grande parte da população.

Em se considerando os ambientes de ensino, Harrower (1999) destacou que a inclusão de PcD tem sido uma prática mundialmente adotada. No Brasil, em 2008, o Ministério da Educação, através da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), reforçou compromisso legal no atendimento educacional igualitário, preconizando, assim, o aumento progressivo de estudantes com deficiência matriculados no ensino comum, público ou privado. Contudo, o número crescente de PcD nos centros de ensino brasileiro evidenciou um problema comum nas instituições, que é a falta de estrutura físico-espacial e até de apoio pedagógico para receber essa população, até mesmo porque a construção de parte significativa das unidades públicas data de antes da publicação das normas regulamentadoras.

Em 2016 foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão - LBI (BRASIL, 2015) que trata da acessibilidade e inclusão em diferentes aspectos: educação, transporte, saúde, informação, comunicação e justiça. Em consonância com o capítulo IV, do título II da LBI, o MEC lançou a Portaria nº20 (BRASIL, 2017) determinando que as instituições de ensino superior sejam acessíveis conforme a legislação vigente. De acordo com a portaria, as instituições em desacordo ficam impossibilitadas de credenciar novos cursos.

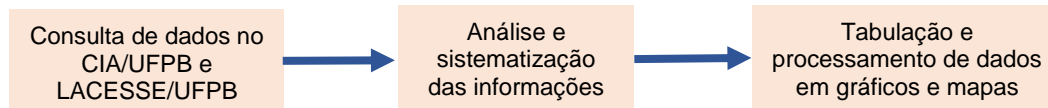


Diante dessa realidade legal, as universidades precisam estar aptas a receber adequadamente o usuário, o que torna fundamental que seus espaços estejam acessíveis. Segundo a Lei 10.098 (BRASIL, 2000) acessibilidade significa a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, por PcD ou com mobilidade reduzida: a) dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos (acessibilidade urbanística); b) das edificações (acessibilidade nos edifícios públicos, de uso coletivo ou privado); c) dos transportes (acessibilidade no transporte coletivo); e d) dos sistemas e meios de comunicação (acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização).

Nessa direção, este artigo tem por objetivo apresentar um breve panorama da presença, tanto em termos quantitativos quanto espaciais, dos estudantes com deficiência no campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), bem como de algumas das ações desenvolvidas em prol da inclusão e acessibilidade na Instituição.

A metodologia adotada para o mapeamento contou com sistematização e análise de dados, que foram levantados junto ao Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) e Laboratório de Acessibilidade (LACESSE), ambos da UFPB; sendo esses dados tabulados e processados em mapas, gráficos e tabelas (Figura 1), gerando bases que auxiliarão na elaboração de diretrizes para a política de acessibilidade da UFPB.

Figura 1: Fluxograma das etapas metodológicas.



Fonte: Autoras, 2019.

2 APRESENTANDO O UNIVERSO DE ESTUDO – CAMPUS I DA UFPB

A UFPB foi criada em 1955, como Universidade da Paraíba, e federalizada em 1960. Atualmente é uma instituição formada por 04 campi distribuídos pelo Estado da Paraíba:

- Campus I – localizado na cidade de João Pessoa, estrutura-se em treze centros de ensino, sendo eles: Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação (CE); Centro de Tecnologia (CT); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Biotecnologia (CBiotec); Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR); Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA); Centro de Informática (CI) e Centro de Energias Alternativas Renováveis (CEAR); dos quais 11 funcionam no campus I, no bairro do Castelo Branco, e dois funcionam na unidade Lynaldo Cavalcanti, no bairro de Mangabeira. O Campus I conta ainda com a Central de Aulas, setores de vivência (Centro de Vivência, Restaurante Universitário, Residência Universitária, Capela, pátios), setores administrativos (Reitoria, Prefeitura Universitária - PU, departamentos, coordenações), setores de serviços (Hospital Universitário Biblioteca Central, bibliotecas setoriais, creche, bancos, farmácia, lanchonetes, xérox, correio) e setor esportivo (campo de futebol, quadras, ginásios, piscinas), com grandes áreas construídas e bolsões de



Mata Atlântica preservada (SARMENTO, 2017).

- Campus II – na cidade de Areia, compreende o Centro de Ciências Agrárias;
- Campus III – na cidade de Bananeiras, abrange o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias;
- Campus IV – nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação.

O artigo prioriza o campus I, pois este apresenta maior número de cursos de graduação presenciais, sendo 85 (dos 119 cursos presenciais da UFPB), que contam com 22.659 discentes matriculados (ano 2015) (SARMENTO, 2017).

O campus I da UFPB está localizado na região central de João Pessoa (Figura 2). Possui uma área total de 161,75 hectares, maior extensão no sentido Sudoeste/Nordeste, em seu entorno imediato tem-se os bairros do Castelo Branco e Bancários e a divisa com a Mata do Buraquinho – área de Mata Atlântica de preservação do Estado. Além disso, o campus apresenta situação particular em relação à sua composição, com 50,3% de sua área total sendo ocupada por área de preservação permanente, contendo resquícios da Mata Atlântica, massa vegetativa que se estende na porção Leste adentrando o bairro dos Bancários e pela porção Oeste na Mata do Buraquinho (SARMENTO, 2017).

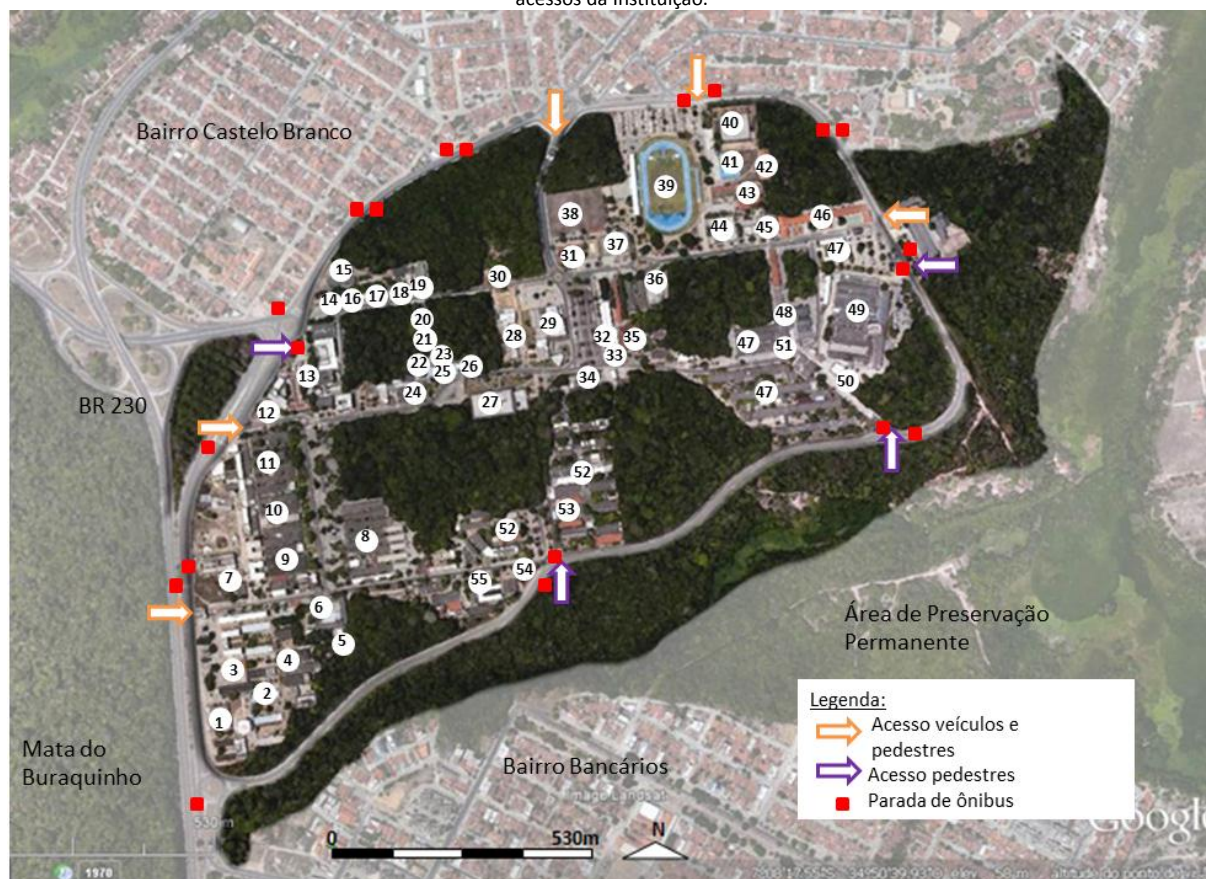
Interseccionado pela via BR 230 e pelas ruas Via Expressa Padre Zé e Av. Contorno da Cidade Universitária, o campus é todo cercado, sendo acessado apenas por portões, em um total de 10 – sendo 06 providos de guaritas e de uso misto, para acesso de pedestres e veículos, e 04 acessos exclusivos para pedestres, próximos aos pontos externos de transporte coletivo (SARMENTO, 2017) (Figura 2). Ressalta-se ainda que o campus não dispõe de meio de transporte coletivo interno.

Considerando sua extensão, a topografia é praticamente plana, facilitando a disposição do sistema de circulação de pedestres; sendo os centros de ensino interligados por calçadas, passarelas térreas cobertas e faixas de pedestres. A única variação acentuada, onde o terreno encontra-se em declive, está próximo ao Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro de Ciências Médicas (CCM) (COSTA, CEVADA, 2010).

Em relação à acessibilidade físico-espacial proporcionada, Sarmento (2012) indica, a partir da sintaxe espacial, que a cidade universitária é composta por percursos mais lineares na direção Oeste e Sul, e trechos com maiores mudanças de direção na direção Leste e Norte, que apontam menores níveis de acessibilidade. A autora também identifica o núcleo central (que congrega os edifícios do Restaurante Universitário, da Biblioteca Central, do Centro de Vivências e da Reitoria) como a área mais integrada do espaço urbano do campus I. E as áreas predominantemente segregadas constituídas pelo CCS e pelo setor esportivo. Avalia ainda que o sistema de circulação de pedestre do campus I apresenta condições mínimas de mobilidade, sendo necessárias intervenções que promovam ao pedestre maior acessibilidade em seu trânsito pela Instituição.



Figura 2: Imagem aérea com inserção do campus I da UFPB no bairro Castelo Branco e as áreas limite e a indicação dos principais setores e acessos da Instituição.



Legenda: 1-Administração do CT; 2- Blocos de sala de aula do CT; 3-Biblioteca Setorial do CT; 4-LABEME (Laboratório de Ensaios de Ensaios de Materiais e Estruturas); 5- Centro Acadêmico das Engenharias; 6-Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); 7- CEAR; 8 - Central de Aulas (CA); 9 - CCSA; 10-CE; 11-CCHLA; 12 - Sala de Concertos Radegundes Feitosa; 13 - CCTA; 14 - Caixa Econômica Federal (CEF); 15 - Almoarifado Central; 16 - Sindicato dos trabalhadores do Ensino Superior (SINTESP); 17 - Bloco Mídias Digitais; 18 - TV UFPB; 19 - Centro de Treinamento do Servidor; 20 - Capela; 21 - DCE; 22 - CODISMA; 23 - CREDUNI (em construção); 24 - Restaurante Universitário; 25 - Centro de Vivências (CV); 26 - Banco do Brasil; 27 - Biblioteca Central; 28 - Centro de Cultura e Arte (em construção); 29 - Reitoria; 30 - Setor de Segurança do Campus; 31 - Salas do curso de Educação Física; 32 - UFPB Virtual; 33 - Banco Santander (exclusivo para professores, alunos e funcionários da UFPB); 34 - Superintendência de Tecnologia da Informação (STI); 35 - Prefeitura Universitária (PU); 36 - Clínica de Fisioterapia; 37 - Quadra polivalente; 38 - Mini campo de futebol; 39 - Vila Olímpica (Campo de Futebol e Pista de Atletismo); 40 - Ginásio de esporte; 41 - Piscinas; 42 - Quadra de tênis; 43 - Creche; 44 - Ginásios; 45 - Escola Técnica de Enfermagem; 46 - Residência Universitária; 47 - Salas de aula e laboratórios do CCS; 48-Administração do CCS; 49- Hospital Universitário Lauro Wanderley; 50 - Centro de Ciências Médicas; 51 - Biblioteca Setorial do CCS; 52 - Salas de aula e Laboratórios do CCEN; 53 - Administração CCEN; 54 - Biblioteca Setorial do CCEN; 55 - Centro de Biotecnologia(CBIOTEC).

Fonte: Sarmento, 2017.

3 EVOLUÇÃO EM NÚMEROS E AÇÕES

No atendimento à PcD na UFPB foi criado em 2013, a partir da Resolução nº34 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) (UFPB, 2013), o Comitê de Inclusão e Acessibilidade para atuação junto aos discentes, docentes e servidores técnico-administrativos.



De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2018), o público-alvo da educação especial seriam as PcD, com transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidade. Mas, segundo Polia (2019), estas não foram as únicas a apresentarem necessidades educacionais especiais e ensejar auxílio do CIA, visto que surgiram pessoas com dificuldades decorrentes de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Dislexia, Discalculia e transtornos mentais de diferentes origens. Frente a essa realidade, a UFPB aprovou a Resolução nº16/2015 do CONSEPE (UFPB, 2015), que, além do perfil garantido legalmente, ainda incluiu as pessoas com transtornos ou dificuldades secundárias de aprendizagem:

Art. 268 São considerados estudantes com deficiência aqueles que necessitam de procedimentos ou recursos adicionais especiais decorrentes de:

I – deficiência nas áreas auditiva, visual, física, intelectual ou múltipla;

II – transtornos globais do desenvolvimento;

III – Altas Habilidades ou;

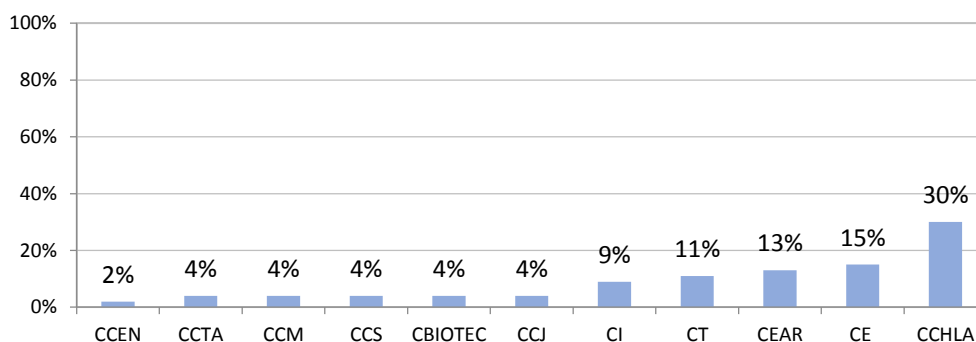
IV – transtornos ou dificuldades secundárias de aprendizagem.

Parágrafo único. O registro das necessidades educacionais especiais do estudante é de competência do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, através de laudos emitidos por profissionais habilitados (UFPB, 2015, P.103-104).

A partir dessa publicação praticamente toda a demanda que buscou auxílio do CIA foi atendida (POLIA, 2019). Nessa direção, e com o olhar voltado para o quantitativo de PcD no campus I da UFPB, comparar-se-ão dois momentos significativos ao longo dos últimos seis anos (2013-2019), quando o campus viu o número de PcD e de deficiências ampliar consideravelmente:

- **2013** – tinha 47 PcD, sendo 43% com deficiência física, 34% visual, 19% auditiva e 4% com outras deficiências não especificadas ou com mais de uma deficiência. Na época tais pessoas já se distribuíam por quase todos os centros de ensino: CCHLA - 30%; CE- 15%; CEAR - 13%; CT - 11%; CI - 9%; CCJ - 4%; CBIOTEC - 4%; CCS - 4%; CCM - 4%; CCTA - 4%; CCEN - 2% (Figura 3).

Figura 3: Localização dos estudantes com deficiência no campus I da UFPB, ano 2013.



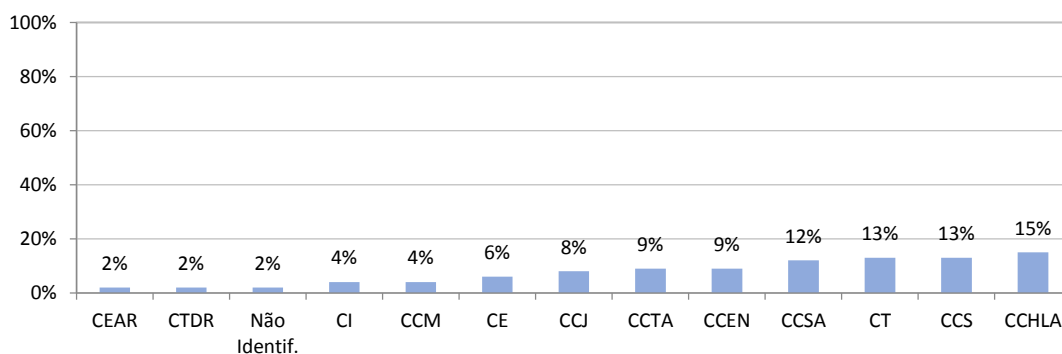
Fonte: Autoras a partir de dados fornecidos pelo CIA-UFPB (2019).

- **2019** - Em abril de 2019 (período letivo 2018.2) cadastrou-se um total de 623 PcD (considerando os alunos matriculados em cursos técnicos, de graduação e pós-graduação presenciais), distribuído no CCHLA - 15%; CT - 13%; CCS - 13%; CCSA - 12%; CCEN - 9%; CCTA -



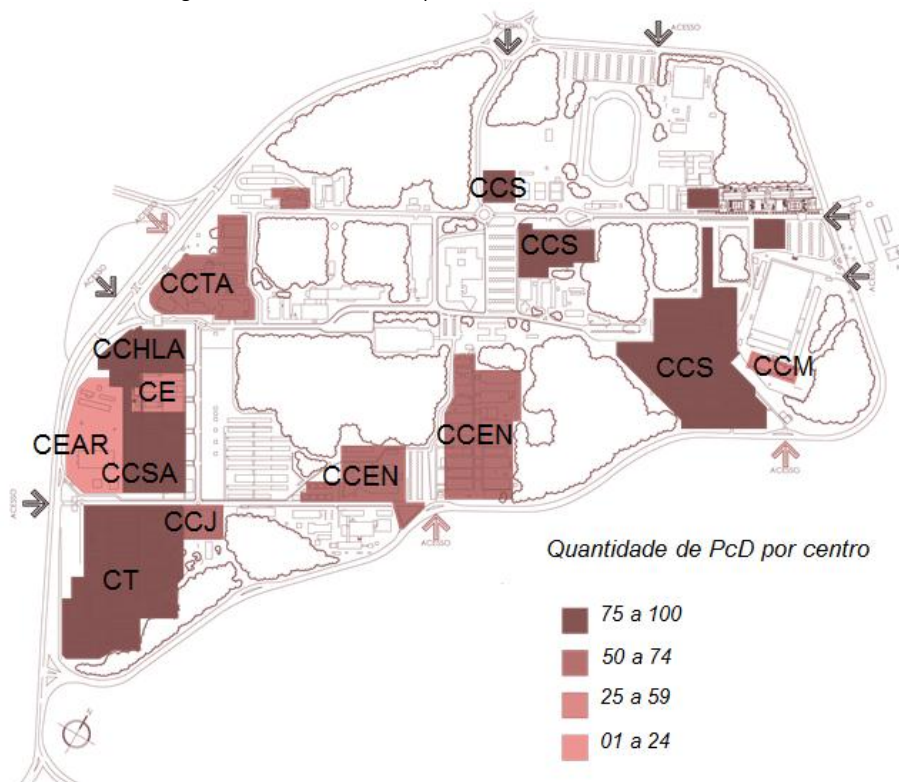
9%; CCJ - 8%; CE - 6%; CCM - 4%; CI - 4%; CEAR - 2%; CTDR - 2%; não identificado - 2% (Figura 4 e 5).

Figura 4: Localização dos estudantes com deficiência no campus I da UFPB, em abril de 2019.



Fonte: Autores a partir de dados fornecidos pelo CIA-UFPB (2019).

Figura 5: Quantitativo de PcD por centro de ensino em abril de 2019.

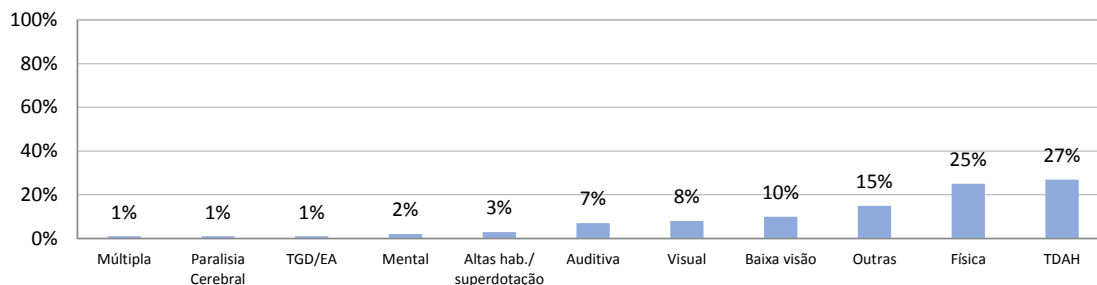


Fonte: Autores a partir de dados fornecidos pelo CIA-UFPB (2019).

Dentre essas pessoas (ano 2019) foram identificadas diversas deficiências: Física - 25%; Outras - 15%; baixa visão - 10%; visual - 8%; Auditiva - 7%; Altas habilidades/ superdotação - 3%; Mental - 2%; Múltipla - 1%; Paralisia Cerebral - 1%; Transtorno do Espectro Autista (TEA) - 1%; e disfunções: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) - 27% (Figura 6).



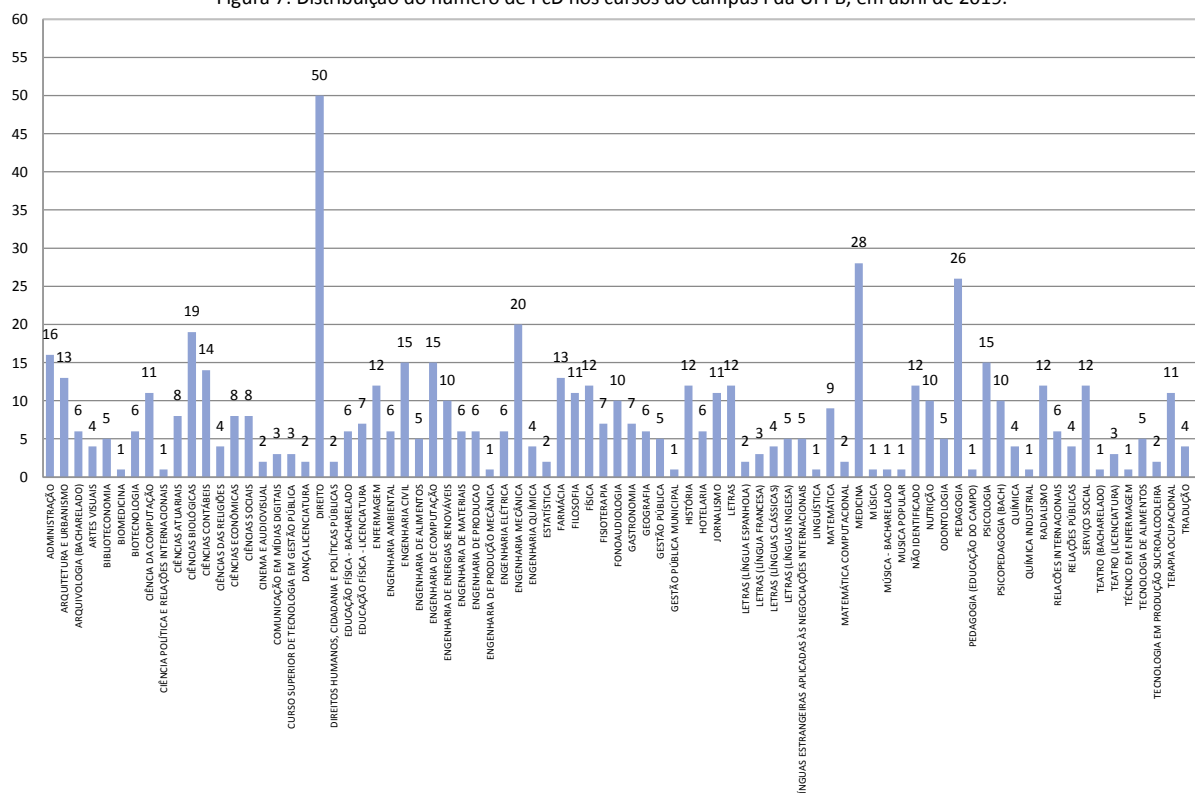
Figura 6: Tipos de deficiências dos estudantes do campus I da UFPB, em abril de 2019.



Fonte: Autores a partir de dados fornecidos pelo CIA-UFPB (2019).

As PcD estão em todos os cursos presenciais oferecidos no campus I, com destaque para o curso de Direito, com 50 alunos, medicina com 28 e pedagogia com 26 (Figura 7).

Figura 7: Distribuição do número de PcD nos cursos do campus I da UFPB, em abril de 2019.



Fonte: Autores a partir de dados fornecidos pelo CIA-UFPB (2019).

Comparando os dados de 2013 com 2019 observa-se um expressivo aumento de PcD e dos tipos de deficiência após a aprovação da resolução nº16/2015 do CONSEPE (UFPB, 2015); uma tendência de



concentração nas áreas de humanas e tecnologia nos dois momentos; sendo válido destacar também o aumento de usuários na área da saúde, que concentrava 4% das PcD em 2013 (Figura 3) e em 2019 apresentou 13% (Figura 4).

Já o aumento, em mais de 90%, do número de PcD no campus I, para além das políticas públicas, pode ser um reflexo das ações que vem sendo implementadas na UFPB em prol da melhoria da mobilidade, acessibilidade e permanência desses usuários, a partir da contribuição, em especial, do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, que tem em sua composição oficial as seguintes representações institucionais: Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante, Sindicato dos Servidores Técnico Administrativos da UFPB, Associação dos Docentes da UFPB, Diretório Central dos Estudantes, Setor Braille da Biblioteca Central, Laboratório de Tecnologia Assistiva do Departamento de Terapia Ocupacional, Laboratório de Acessibilidade do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Núcleo de Educação Especial. Esses representantes tem a opção de se vincular a um dos quatro grupos de trabalho (GT) em que o CIA se organiza: GT de Acessibilidade Arquitetônica, GT de Acessibilidade Atitudinal, GT de Acessibilidade Pedagógica e GT de Acessibilidade Comunicacional, que atendem, em especial, às PcD usuárias do campus. Conforme Polia (2019), os GTs foram criados para operacionalizar as ações, identificar e distribuir as demandas da comunidade acadêmica e permitir uma atuação mais direta de cada participante do CIA.

Com ênfase na acessibilidade voltada para o ambiente construído, destacamos o trabalho do Laboratório de Acessibilidade, que faz parte do CIA através do GT de Acessibilidade Arquitetônica – GT_AA, com ações nos diversos campi da Instituição (COSTA; SILVA, 2019).

Criado em 2012, o LACESSE tem como objetivo dar apoio às atividades de ensino e promover pesquisa científica e atividades de extensão na área, e oferece, de forma contínua, diagnóstico do ambiente construído da Instituição, propõe a inserção de rotas acessíveis - em auxílio ao processo de adequação da UFPB à acessibilidade físico-espacial, e realiza ações de conscientização da comunidade a partir de Vivências de Acessibilidade.

O LACESSE e o GT_AA realizaram diversas ações no ano 2019: Recepção e apresentação do CIA aos estudantes ingressos no período 2019.1 e 2019.2 do CT/UFPB; Apoio em Vivências de Acessibilidade; Elaboração de Laudo Técnico de Acessibilidade Espacial do CE; Indicação de pontos para locação de bebedouros acessíveis no campus I da UFPB; Auxílio à Superintendência de Infraestrutura da UFPB no projeto de Rota Acessível para o Centro Humanístico; Atualização e divulgação de Informativo de apoio aos alunos com baixa visão do curso de Arquitetura e Urbanismo; Elaboração de Catálogo de Produtos Arquitetônicos para Acessibilidade Espacial; Participação no I Congresso de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, com apresentação de trabalhos; e Elaboração, divulgação e distribuição de Informativo sobre acessibilidade no ambiente construído para alunos e professores da UFPB. Tais ações retratam parte do que vem sendo desenvolvido, tanto pelo LACESSE quanto pelo GT-AA, no sentido de uma educação voltada para os princípios do desenho universal.

Muitos das pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório também tiveram como enfoque a própria UFPB (SARMENTO, 2012 e 2017; CEVADA, 2015; COSTA 2012 e 2014; dentre outros), gerando resultados que podem ser efetivamente utilizados em ações práticas para melhoria da qualidade de vida da comunidade universitária e do ambiente construído da instituição, baseando tomadas de decisões administrativas.



Ainda dentre as ações do CIA destaca-se o Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência, que tem como objetivo garantir o empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva; de realizar os encaminhamentos para os serviços de apoio especializados que dão suporte ao CIA dentro da UFPB; e ofertar mediadores, que são os chamados “alunos apoiadores” (POLIA, 2019), os quais são selecionados para assumir atividades junto aos estudantes com deficiência ou disfunções, respeitando-se as peculiaridades e as necessidades educacionais decorrentes de sequelas física motora, auditiva, visual, de Transtornos Globais do Desenvolvimento/TEA (Transtorno do Espectro Autista), TDAH e outras demandas pedagógicas (CIA, 2019). No segundo semestre de 2011 havia 11 apoiadores assistindo 22 estudantes cadastrados (POLIA, 2019). E em março de 2020 há 191 alunos assistidos pelo CIA, dos quais 65 têm apoiadores (CIA, 2020). Sendo válido destacar que nem todo aluno assistido necessita de apoiador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Duarte e Cohen et al (2004), a educação só poderá ser considerada verdadeiramente democrática quando a universalidade orientar o desenho de todos os edifícios e espaços dentro de um campus, de modo que todos os indivíduos tenham acesso sem barreiras às salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços esportivos e de convivência, etc.

Ornstein (2011) corrobora ao dizer que quando instituições de ensino apresentam um ambiente urbano e os edifícios acessíveis abre-se uma grande porta para a inclusão, possibilitando a circulação de qualquer pessoa, sem restrições.

Nesse sentido, percebe-se que a UFPB está engajada com o processo de inclusão de PcD na Instituição, a partir do momento em que cria um comitê de apoio, aprova uma resolução (UFPB, 2015) ampliando o número de deficiências e disfunções atendidas, realiza o empréstimo de tecnologias assistivas e disponibiliza o “aluno apoiador” – ações que ampliam a assistência, e consequentemente, a inclusão de seus usuários. Contudo, em razão do aumento expressivo de PcD e de entraves administrativos, tais ações esbarram em edificações e espaços urbanos em condições inadequadas de acessibilidade. Frente a essa incongruência, está sendo articulada uma política de acessibilidade físico-espacial para UFPB com a proposição das seguintes bases:

- Valorização da mobilidade ativa, a partir da implantação de rotas acessíveis, com mobiliário urbano, sinalização e iluminação;
- Integração entre equipamentos e serviços, que promovam acesso do usuário a todos os setores da universidade;
- Conexão entre equipamentos e espaços livres, proporcionando espaços de “respiro” entre as atividades;
- Arborização e urbanização de espaços livres, para fortalecimento da relação da comunidade com o lugar.

Tais ações ainda representam o planejamento inicial de um processo que visa atender e dar resposta à diversidade de necessidades da comunidade universitária e a construção de uma cultura inclusiva.



5 REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília - Janeiro de 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 15 jan. 2020.
- BRASIL. *Lei n. 13.146*, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 10 de outubro de 2019.
- BRASIL. *Portaria Normativa nº 20*, DE 21 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Publicado em: 03/09/2018 | Edição: 170 | Seção: 1 | Página: 40-43. Brasília, 2017.
- BRASIL. *Lei nº 10.098*, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília. 2000.
- BINS ELY, V. H. M., GHIZI, D.M. Acessibilidade e Orientabilidade no Campus da Universidade Federal de Santa Catarina. In: 6º Ergodesign. *Anais...* São Paulo: Bauru, 2006.
- CEVADA, C.M. *O potencial da bicicleta para a melhoria da mobilidade urbana*: Estudo de caso do campus I da UFPB. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFPB. 2015.
- CIA – Comitê de Inclusão e Acessibilidade. *Apresentação*. 2020. Disponível em <http://www.ufpb.br/cia>. Acesso em 30 jan. 2020.
- CIA - Comitê de Inclusão e Acessibilidade. *PROGRAMA DE APOIO AO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA CAMPUS I E CAMPUS IV Edital nº 05/2019*. 2019. Disponível em <http://www.ufpb.br/cia/contents/editais/edital-aluno-apoiador-n-05-2019.pdf/view>. Acesso em 30 jan. 2020.
- CIA - Comitê de Inclusão e Acessibilidade. Dado obtido via consulta por e-mail junto ao CIA. Mar. 2020.
- COSTA, A.D. L. *Caminhos acessíveis*: Mobilidade inclusiva na UFPB. PROEXT 2014: UFPB: 2014. Documento Interno.
- COSTA, A. D. L. UFPB para todos: eliminando barreiras. Projeto INCLUIR 2010: UFPB: 2012. Documento Interno.
- COSTA, A. D. L.; CEVADA, C.M. *Relatório de Projeto de Pesquisa – PIBIC*: Monitoramento e Análise das Variáveis do Clima Urbano (Campo Térmico) no Campus I da UFPB e seu Entorno como Suporte para o Planejamento do Uso e Ocupação do Solo. In: *Anais do XVIII Encontro de Iniciação Científica – ENIC 2010*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2010.
- DUARTE, C.R. de S.; COHEN, R. Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ – Possível ou Utopico? In: NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade, 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2004.
- HARROWER, J. K. Educational inclusion of children with severe disabilities. *Journal of Positive Behavior Intervention*, v.1, n. 4, p. 215-230, 1999.
- LACESSE – Laboratório de Acessibilidade. *Apresentação*. 2020. Disponível em <http://www.ct.ufpb.br/lacesse>. Acesso em 30 jan. 2020.
- NEDESP - Núcleo de Educação Especial. *Apresentação*. 2020. Disponível em <http://www.ce.ufpb.br/nedesp>. Acesso em 30 jan. 2020.
- ORNSTEIN, S.W. *Desenho Universal*: acessibilidade para todos. Entrevista concedida por Sheila Walbe Ornstein ao SESI – Serviço Social da Indústria, em 19 de abril de 2011. Disponível em <<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/desenho-universalacessibilidade-para-todos/>>. Acesso em: 15 de mai. 2011.
- POLIA, A. A. O Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba sob o olhar de uma gestão. In: DAXENBERGER, Ana Cristina Silva; POLIA, Andreza Aparecida (orgs.). *Inclusão*: Do discurso às práticas educacionais. 1 ED. Curitiba: Appris, 2018. 221p.
- SARMENTO, B.R. *A qualidade ambiental de espaços livres em campi*: Um estudo na UFPB e UFRN sob a ótica da Avaliação Pós-Ocupação. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte). UFRN: Natal, 2017.
- SARMENTO, B.R. *Acessibilidade em Sistema de Circulação de Pedestres*: Avaliação do Campus I da UFPB. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFPB. 2012.



UFPB. *Resolução nº 34/2013*. Institui a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB e cria o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da UFPB. 2013. Disponível em https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/201503517389a8095944e3bf47474765/Runi34_2013.pdf. Acesso em 31 jan.de 2020.

UFPB. *RESOLUÇÃO Nº 16/2015*. Aprova o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal da Paraíba. 2015. Disponível em http://www.prg.ufpb.br/prg/codesc/documentos/legislacao/rsep16_2015.pdf/view . Acesso em 31 jan. de 2020.